



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Oficial de Registro Civil e Tabelião (a)  
de Notas e Cartas de Ribeira  
Diracy Divina de Camargo  
Dan de Almeida Camargo

**§ 2º** O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, inclusive os Fundos mantidos pelo Poder Público Municipal.

**§ 3º** - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta parcial, até o dia 30 de agosto, de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

**Art. 5º** - A Lei orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

I – Prioridade de investimentos nas áreas sociais;

II – Austeridade na gestão dos recursos públicos;

III – Modernização na ação governamental;

IV - Princípio de equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária.

V – A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, nos termos do artigo 6º da Portaria Interministerial Nº 163, de 04 de maio de 2001.

## CAPÍTULO II

### D A P R O P O S T A O R Ç A M E N T Á R I A D A S M E T A S F I S C A I S

**Art. 6º** - A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

**Art. 7º** - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica, em conformidade com as metas fiscais.

**§ 1º** - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

**I** – A edição de uma planta genérica de valores, de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e efetivas;

**II** – A expansão do número de contribuintes;

**III** – A atualização do cadastro imobiliário fiscal.

**§ 2º** - As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

**§ 3º** - Os tributos cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela UFESP.